UMA LEITURA DE *O TEMPLO E A FORCA*, DE LUIZ GUILHERME SANTOS NEVES: DISCURSIVIDADE, PERSUASÃO, IRONIA E POLIFONIA

A READING OF O TEMPLO E A FORCA, *BY LUIZ GUILHERME SANTOS NEVES: DISCURSIVITY, PERSUASION, IRONY AND POLYPHONY*

Maria Amélia Dalvi*
Márcia Barroso Seufetelli**

RESUMO: Trata-se de um trabalho de análise crítico-literária do romance histórico *O tempo e a forca* (1999), de Luiz Guilherme Santos Neves, a partir dos protocolos de leitura fornecidos pela análise do discurso de linha francesa e pela vertente bakhtiniana dos estudos da linguagem, tendo como recorte, sobretudo, o sermão do padre Gregório José Maria de Bene e as ações que, a partir de então, se sucedem. Para tanto, este trabalho propõe-se (re)fazer um percurso histórico juntamente com a narrativa, salientado elementos que tomam parte no embate: a condição social e de época dos envolvidos e a questão cultural tal como abordada no discurso ficcional em foco, que retoma reiteradamente o discurso "original" do padre, por citação, analogia ou paráfrase. Analisa questões de discursividade presentes no texto literário, mediante o reconhecimento de marcas do discurso autoritário e religioso, de estratégias de persuasão aí implicadas e da ironia e da polifonia identificáveis no romance a partir de uma aproximação, por analogia, entre as falas dos personagens em desnível social, cultural e religioso.

Palavras-chave: *O templo e a forca*; Luiz Guilherme Santos Neves; polifonia; ironia; persuasão.

ABSTRACT: This is a critic-literary analysis of the historic novel O tempo e a forca (1999), by Luiz Guilherme Santos Neves, which follows the guidelines of the reading protocols of the French discourse analysis and the Bakhtinian instruction on language studies. It focuses, most of all, on the sermon by the priest Gregório José Maria da Bene and the actions that follow. This work, then, proposes (re)taking a historical journey together with the narrative, highlighting the elements that take part in the struggle: the social status and the social condition of the people involved, as well as the cultural issue as approached by the fictional discourse which retakes the "original"

* Licenciada e mestre em Letras e doutoranda em Educação, pela Universidade Federal do Espírito Santo.

** Licenciada em Letras e especialista em Estudos da Linguagem, pela Faculdade Saberes.

speech of the priest through quotation, analogy, or paraphrase. It analyses the questions of discursivity present in the literary text by the recognition of the marks of the authoritarian and religious discourse, the persuasive strategies there implied, and the irony and polyphony which can be identified in the novel by an approximation, through analogy, between the characters' speeches in social, cultural and religious levels.

Keywords: *O templo e a forca*; Luiz Guilherme Santos Neves; polyphony; irony; persuasion.

INTRODUÇÃO

O romance *O templo e a forca* (1999), de Luiz Guilherme Santos Neves, é uma recriação ficcional do episódio histórico da Insurreição do Queimado, acontecida em Serra, hoje município da então chamada Província do Espírito Santo, em 1849 – período no qual era comum a ocorrência de levantes em quase todo o Brasil, devido à escravidão dos negros, ainda em voga no país, à época. A narrativa dialoga com a obra *Insurreição do Queimado* (1958), de Afonso Cláudio, que aborda, em perspectiva documental, o ocorrido no século XIX, e serve, assim, de embasamento à escritura do romance de Santos Neves.

Este texto propõe uma análise do romance de Luiz Guilherme Santos Neves, a partir dos protocolos de leitura fornecidos pela análise do discurso de linha francesa (AD) e pela vertente bakhtiniana dos estudos da linguagem. Visa a ressaltar a presença do conflito na fala de personagens da obra, tendo como recorte, sobretudo, o sermão do padre Gregório José Maria de Bene e as ações que, a partir daí, se sucedem.

Nos ocuparemos, a partir de pesquisas bibliográficas, em um primeiro momento, de aproximar a perspectiva histórica e a ficcional, visando a detectar as possibilidades dialógicas que dão a ver, tendo em mente que

> Entre história e ficção, a distinção parece clara e resolvida se se aceita que, em todas as suas formas (míticas, literárias, metafóricas), a ficção "é um discurso que 'informa' do real, mas não pretende representá-lo nem abonar-se nele", enquanto a história pretende dar uma representação adequada da realidade que foi e já não é. Nesse sentido, o real é ao mesmo tempo o objeto e o fiador do discurso da história. Hoje em dia, contudo, muitas razões ofuscam essa distinção tão clara. A primeira é a evidenciação da força das representações do passado propostas pela literatura. [...]
>
> Uma segunda razão que faz vacilar a distinção entre história e ficção reside no fato de que a literatura se apodera não só do passado, mas também dos documentos e técnicas encarregados de manifestar a condição de conhecimento da disciplina histórica. (CHARTIER, 2009, p. 24-27).

Assim, (re)fazemos um percurso histórico juntamente com a narrativa, salientando elementos que tomam parte no embate: a condição social e de época dos envolvidos e a questão cultural tal como abordada no discurso ficcional em foco, que

retoma reiteradamente o discurso "original" do padre, por citação, analogia ou paráfrase – mobilizando, assim, mais que a permanência, a rasura.

Analisamos questões de discursividade presentes no texto literário, mediante o reconhecimento de marcas do discurso autoritário e religioso e de estratégias de persuasão aí implicadas. Consideramos, também, a ironia e a polifonia identificáveis no romance a partir de uma aproximação, por analogia, entre as falas dos personagens representantes de classes sociais distintas, em desnível social, cultural e religioso, regidas pela ideologia do tempo e do espaço em que atuam.

A partir do texto de Luiz Guilherme Santos Neves, tomaremos a Análise do Discurso de linha francesa (AD), tal como apresentada por Dominique Maingueneau (1997), bem como o pensamento bakhtiniano, especialmente em *Problemas da poética de Dostoiévski* (2008), como embasamento teórico para reflexões em torno de aspectos tais quais as situações de enunciação do(s) narrador(es) e personagens, as relações entre discurso autoritário e persuasão e, por fim, a ironia e a polifonia como recursos textuais que sinalizam as possibilidades polifônicas do discurso ficcional. Na conclusão, apontamos que este trabalho contribui tanto com a ampliação de conhecimento no campo da lingüística e da análise do discurso, quanto, da mesma forma, com o campo dos estudos literários e históricos.

A metodologia de que nos servimos foi a pesquisa bibliográfico-documental, o que pressupõe, no caso deste trabalho, a leitura crítica de teóricos relacionados à análise do discurso que se envolvam na sua aplicação aos estudos literários, bem como o acionamento de categorias próprias ao pensamento bakhtiniano (tais como discurso e polifonia).

1 PERCURSO HISTÓRICO DA NARRATIVA: *O TEMPLO A FORCA*, DE LUIZ GUILHERME SANTOS NEVES

A narrativa de *O templo e a forca* começa com questionamentos dos protagonistas sobre a situação em que se encontravam no momento, após a ocorrência do levante, e sobre a condenação de alguns deles, sobretudo a de dois dos principais personagens. O questionado por um dos personagens, chamado *João*, escravo da viúva Monteiro, foi a falta de entendimento das razões que levaram à condenação ele e outro escravo, chamado *Chico Prego* (este último, elevado a Zumbi dos Palmares capixaba, tornou-se referência folclórica, no estado do Espírito Santo, para as lutas negras em prol da liberdade e do fim da escravidão).

O tema do romance gira em torno da suposta promessa feita pelo padre local (Gregório José Maria de Bene), tendo por moeda de troca as orações pelas almas dos pobres e escravos e uma dissimulada promessa de libertação, em favor da participação destes últimos na construção de um templo católico. No entanto, o contrato estabelecido entre a autoridade religiosa e os escravos é propositadamente ambíguo.

Os escravos ajudavam com o árduo trabalho na obra, na esperança de receberem a liberdade terrena, efetiva, e ao padre coube a preponderância de levá-los a tal entendimento, em conluio com as autoridades locais de então. "Ele disse que tudo

teve começo na palavra do padre e no erro dos cativos, acreditando no que queriam acreditar, lembrou Chico" (NEVES, 1999, p. 10). Esse trecho remete-se às palavras de Chico Prego para expressar o que sentia após a condenação, ao refletir acerca do ocorrido. A liberdade prevista transformou-se em batalha sangrenta com mortes e condenação à forca para muitos dos cativos. Quanto ao padre, diretamente envolvido no levante, não houve julgamento específico ou condenação: em linguagem popular, diríamos que "a corda arrebenta para o lado mais fraco".

O problema pinçado pelo personagem Chico Prego – a confluência entre a palavra ambígua do padre e o desejo, por parte dos cativos, de acreditar no que se quer, potencializando uma expectativa que induz ao erro ou à compreensão indevida – exige uma reflexão a partir das palavras-chave do título do romance: *templo e forca*, palavras semanticamente opostas que sintetizam os pólos da narrativa. *Templo,* pelo envolvimento de um padre, pela situação de construção de um edifício religioso, além de ter sido o local dos enforcamentos ocorridos (faz ecoar, ainda, a palavra tempo, reforçando a dimensão histórica da ficção em foco), e *forca*, que contém uma variedade de sentidos (que remetem a condenação, subtração da liberdade e morte – além de fazerem ecoar também a palavra força).

A análise de conteúdo das falas entre personagens da obra de Luiz Guilherme Santos Neves pressupõe um estudo sobre o momento histórico, a situação sociocultural e sua ambientação nas diferentes ocorrências do romance – características também reveladoras da situação de enunciação do discurso.

O momento histórico em que se passa o romance situa-se em um clima de divisão de classe, em que prevalecia a força dos brancos, donatários de capitanias, da milícia e das autoridades detentoras do poder sobre os negros e escravos. Entre as classes senhoriais e escravas, havia outra classe, composta por alguns imigrantes, principalmente religiosos, pequenos comerciantes e trabalhadores menos favorecidos. A situação econômica era marcada pela produção na lavoura de cana de açúcar e mesmo de café, em casos mais raros, sendo o negro o ator ativo na produção colonial.

A situação moral e religiosa mais relevante dava-se sob o domínio do catolicismo, com a presença de padres imigrantes vindos principalmente da Itália, com intenção de evangelizar os *bugres*, nativos que viviam nas matas, considerados, pelos religiosos, como feras, perdidos e entregues ao pecado. Esses evangelistas faziam parte da missão do *Sagrado coração de Jesus e Maria,* instituída por ordem imperial em 1845, cujos membros ficaram conhecidos como *os capuchinhos*. O padre Gregório José Maria de Bene – personagem tanto do episódio histórico como de sua recriação ficcional – contava com carta branca da Corte, sendo ele também bem recomendado pela imperatriz Tereza Maria Cristina, esposa de D. Pedro II e filha de Francisco II, rei das duas Sicílias.

Outro apontamento a ser feito, para a compreensão do romance, é consoante às recorrentes intertextualidades – que fornecem ao leitor, sem dúvida, uma chave de leitura, por recriarem ficcionalmente a mentalidade de época: são cantigas, frases-feitas, ditos populares, provérbios, chavões religiosos etc. Uma delas, que destacamos a seguir, é dada pelo resgate da cantiga "Escravos de Jó":

Escravos de Jó
jogavam o caxangá,
Tira, bota,
Deixa o zambelê,
Que vai, que vem,
Guerreiros com guerreiros
Fazem o zigue-zigue-zague. (NEVES, 1999, p. 6).

A música cantada pelos escravos durante os serões de trabalho braçal resume, de certo modo, o tema do romance de Luiz Guilherme Santos Neves. O autor procura focalizar as razões do acontecido (a construção do templo, o levante, os enforcamentos), inserindo – como um índice ou pista, para o leitor – a letra da cantiga popular em que certo objeto vai trocando de mão, sem interrupção do canto, pela participação ativa de todos os elos da corrente: sem que, no entanto, deixem de ser identificados, esses mesmos elos, como "os escravos de Jó" e sem que se esqueça de que "Guerreiros com guerreiros / Fazem o zigue-zigue-zague". Não deixa de ser irônica a remissão, ainda que indireta, à figura de Jó – personagem bíblico reconhecido por sua paciência e submissão obediente a Deus, a despeito das tentações do diabo e das provações materiais e físicas a que é submetido.

Este recurso – o da inserção de um discurso exterior à narrativa que funciona como uma espécie de oráculo para a ação que se desenvolve posteriormente – é recorrente na história da literatura, desde a Antiguidade. Para ficarmos apenas na história mais recente da literatura brasileira, ele também aparece, por exemplo, em *Romanceiro da Inconfidência*, de Cecília Meireles – obra poética que narra a história de um levante no Brasil, contra a coroa portuguesa (cf. MEIRELES, 1958). No caso de *O templo e a forca*, enquanto os escravos jogavam sua sorte e trabalhavam em troca de sua liberdade, a palavra dita (pela cantiga, que prenuncia o futuro) já havia se tornado sentença, e, aos poucos, se materializava ganhando força; antes ela era apenas um "sopro na aragem", mas veio a tornar-se a própria arma da ação trágica.

O autor em questão, Luiz Guilherme Santos Neves, é considerado um historiador escritor, tendo estreado com a peça teatral *Queimado* (1977), e escrito ainda *A nau decapitada* (1982), *As chamas da missa* (1985) e outros trabalhos que também são considerados de inspiração histórica (como o relativamente recente *O capitão do fim*, que promove um resgate da figura de Vasco Fernandes Coutinho). Sua produção como ficcionista discute pontos importantes da situação sociocultural do estado do Espírito Santo, estendendo as reflexões a problemas sociais do Brasil. Um traço comum é que em todos os trabalhos citados – como ocorre em *O templo e a forca* – foram usadas técnicas narrativas voltadas para o diálogo (que pode transmutar-se no monólogo interior).

Além do recurso ao diálogo, nos textos de Santos Neves, é comum o uso de recursos parodísticos ao focalizar a imagem do outro de uma maneira invertida, isto é, o autor põe em cena o diálogo entre sujeitos em condições opostas ou assimétricas – o que desestabiliza a recepção –, levando, assim, o leitor a refletir e, se for o caso, a tomar posição. No entanto, essa estratégia se, em alguns casos, pode soar como

panfletária, na escrita de Santos Neves funciona sem que haja vítimas ou opressores: por uma sucessão de desmontes discursivos, é impossível polarizar os embates e determinar culpados – todos estão enredados pelos fios que tecem as tramas históricas (e, portanto, sociais, políticas, ideológicas) do mundo. A ironia (explícita ou velada), notória em diversas partes no decorrer das narrativas (dramáticas ou romanceadas), é ativada para desestabilizar a opinião do leitor e fazê-lo questionar-se sobre os (supostos) fatos apresentados e, assim, relativizar noções como verdade, memória, história e fato.

Desta forma, ao analisar as falas do romance, procurou-se levar em consideração a situação de enunciação, a polifonia, a tipologia do discurso, o sujeito falante e locutor, a personagem como locutor e outros elementos – especialmente os destacados acima – que possam embrear o texto literário. Embora tais categorias não possam ser aqui – por uma limitação de espaço – analisadas detidamente em sua individualidade, são consideradas como parte de um conjunto, para as reflexões que apresentamos a seguir.

2 A ANÁLISE DO DISCURSO (AD) E O TEXTO LITERÁRIO

A Análise do Discurso, corrente teórica estabelecida como ramo da Linguística do Discurso desde o final da década de 60, toma o discurso como seu objeto de estudo e se interessa pelo funcionamento da língua para a produção de sentidos. É voltada para análise de textos contextualizados (sob o ponto de vista da produção e da recepção), sob o pressuposto de que a língua não é transparente e nem ingênua e transporta consigo marcas de uma tessitura condicionada a elementos de uma longa e diversificada formação.

De acordo com Antônio Suarez Abreu (1989), ouvir ou ler um texto é muito mais do que entender o que está dito ou escrito. Pressupõe, pela ativação do *repertório* individual e coletivo, perceber as intenções (enunciações) que o emissor ou produtor de discurso teve, quando elaborou ou codificou seu texto – o que sugere o desvelamento de estratégias que, pela forma, dêem a ver um conteúdo não unívoco e nem atemporal, mas em processo contínuo de reelaboração ativa, por parte do receptor (entendido ele também como um produtor, e não como mero destinatário ou depositário). Quando o ouvinte ou o leitor é capaz de ouvir ou ler o texto, associando-o à intenção/enunciação do emissor, ele conseguiu decodificar esse texto e pôde compreendê-lo discursivamente. No entanto, a intenção/enunciação da emissão não é da ordem do indivíduo, mas da história coletiva.

Saber o propósito do enunciador não é tão simples como pensar ou adivinhar a intenção de um autor (como supunham as "interpretações de texto", ainda no século XIX), é preciso atuar sobre o texto – e para isso é necessária a união entre o conhecimento de mundo do leitor e a decodificação das intenções da enunciação pretendida pelo emissor (fruto de uma atividade responsiva, no dizer de Bakhtin). Dessa forma, quando um interlocutor propõe-se a desvendar um texto, ele está

procurando pistas deixadas não somente por um indivíduo, todavia, por uma gama de atuantes que por ali passaram, transportaram e inscreveram suas marcas ideológicas:

> Todo enunciado, antes de ser esse fragmento de língua natural que o lingüista procura analisar, é o produto de um acontecimento único, sua enunciação, que supõe um enunciador, um destinatário, um momento e um lugar particulares. Esse conjunto de elementos define a situação de enunciação. (MAINGUENEAU, 2001, p. 5).

Dominique Maingueneau fala sobre o enunciado como sendo produto de um acontecimento único, e o conjunto que compõe esse enunciado apresenta-se como atividade de um enunciador, aquele que transmite uma informação a partir de um dado lugar social; de um destinatário, aquele que recebe a informação, também a partir de um dado lugar social; condicionados por um momento, o tempo da transmissão-recepção; e por um lugar, o local da veiculação-recepção da informação. Por essa simultaneidade de acontecimentos, define-se a "situação de enunciação". No entanto, qualquer enunciação não se circunscreve à veiculação ou decodificação de uma ou mais informações: todo dizer é um agir sobre o mundo.

Tal dimensão de linguagem, de acordo com Maingueneau, tem sido bem desenvolvida nos últimos decênios em trabalhos de R. Jakobson e de E. Benveniste. Acrescentaríamos, também, o pensamento fundador de M. Bakhtin retomado por inúmeros grupos no Brasil e no exterior, na atualidade. Porém, em textos literários, a situação de enunciação não apresenta uma estruturação tão evidente, conforme pode dar a entender a descrição acima. Mas, nem por isso, ela escapa à regra comum.

No discurso literário, a figura do autor de uma determinada obra, mesmo não participando diretamente como locutor comum, não poderia se dissociar dela – engendram-se, assim, novas camadas de sentido. O autor (e, assim, a imagem social que se tem dele, bem como as inúmeras camadas de sentido agregadas pelo lugar que ocupa) participa ativamente como co-participador do discurso de seu narrador, de um personagem ou grupo social – legitimando-o ou fraturando-o.

2.1 DISCURSO AUTORITÁRIO E PERSUASÃO

Ao atuar sobre o texto, os interlocutores comprometem-se indiretamente com o assunto do *corpus*, portanto, estão contaminados pelo que está embreado nele. O assunto está inscrito em um determinado campo discursivo, isto é, em um conjunto de discursos que interagem em um dado momento.

Os discursos, de acordo com Eni Orlandi (2005), tomando como referência elementos constitutivos de sua condição de produção de sentidos, dividem-se em três tipos básicos: *lúdico, polêmico* e *autoritário*; esse último é o que mais se ajusta à análise proposta do *corpus*.

O objeto de polêmica, na construção ficcional de Santos Neves bem como na obra historiográfica de Afonso Cláudio, é o discurso religioso e seus mecanismos de validação. Se, para a autora, o discurso autoritário é aquele em que a polissemia é

contida, o discurso religioso católico se enquadra nesta categorização, pois o referente está apagado pela relação de linguagem que se estabelece e o locutor se coloca como agente exclusivo, apagando também sua relação com o interlocutor, como vemos nos fragmentos a seguir:

> [...] por outro lado, é sabido que a crendice popular quando chega a se apossar de uma verdade enunciada por um diretor espiritual, como é um missionário, torna-a como que uma coisa diversa. São inúmeras as anedotas espirituais que revelam tal cunho. (CLÁUDIO, 1979, p. 39).

> São José está velando por todos, anunciou como se promulgasse uma bula papal. E tornou a prometer que intercederia pelos trabalhadores do templo, junto a seus donos, a fim de lhes amainar a pesada canga do cativeiro. (NEVES, 1999, p. 52).

Nota-se nas citações acima a confirmação de um estado discursivo autoritário; de um lado, estaria a figura representada pelo missionário; do outro, estariam os fiéis. Para esses, a palavra do religioso seria um peso, pois ela entraria como forma de uma dívida para com os santos. Convencê-los não seria difícil, para o religioso (na condição de representante legítimo de um poder que não admite diálogo, réplica etc.), por estar de posse do canal discursivo principal, de onde brotou a advertência aludida, e, assim, estaria constituído o intuito de seu pedido. Como nos advertem Irvine e Althusser,

> Há um desnivelamento na relação entre o locutor e os ouvintes e a reversibilidade não é factível. Uma das razões é devido à assimetria social formal, pois o padre é uma personalidade pública reconhecida socialmente. (IRVINE apud ORLANDI, 1987, p. 95).

> A fixidez da relação se deve também ao fato de, no plano espiritual, o padre ser o intermediário entre Deus – sujeito único, infalível, absoluto – e o povo – indivíduos interpelados pela ideologia, em nome de Deus, como sujeitos. (ALTHUSSER apud ORLANDI, 1987, p. 95).

No romance, no sermão do padre Gregório de Bene, o discurso autoritário-religioso foi usado de uma maneira indireta, mas com certeza teve alcance em seu propósito. Ele ocupa o espaço de enunciador persuasivo, que com suas palavras tem poder de convencer os fiéis, em especial os escravos, que também viam em suas palavras uma esperança de um direito a eles negado.

> O sermão é uma combinação única de estrutura estilística – marcada e formal – e de um contexto apropriado e restrito – culto religioso, Igreja. Essa combinação opõe-se, por exemplo, a conversas em uma festa onde os enunciadores e o contexto podem variar muito mais. No entanto, deve ficar claro que o religioso não está restrito ao espaço da igreja, mas pode ser encontrado no cotidiano, assim como existem rituais regulares. (ORLANDI, 1987, p. 93).

A mesma força de que se revestia o discurso do religioso proferido no contexto restrito do culto reaparecia nas repetições e atualizações deste discurso, a cada vez que os escravos lembravam uns aos outros as razões de seu esforço sobre-humano: a construção da Igreja redundaria na alforria; o trabalho além das forças físicas era sua parte em um contrato firmado não apenas com o padre e com os proprietários (representantes da mais alta esfera social terrena), mas com o próprio Deus – a quem não poderiam jamais alcançar pela palavra; apenas pela ação.

Para Medeiros e Tomasi (apud MARBY, 2007, p. 17),

> O estudo do funcionamento da linguagem leva a uma noção de sujeito menos idealista, visto que o sujeito que elabora o discurso é um sujeito que existe socialmente. Ele tem apenas a ilusão discursiva de sujeito, uma vez que não é a fonte do sentido do que diz. Os sentidos que produz não nascem dele, mas ele apenas os retoma do contexto social.

Assim é que se explica a força de que se revestiu, para os escravos, o discurso – ambíguo, é certo – do padre: ele funcionava, ali, como sujeito social: o que dizia retomaria, numa leitura interessada, aquilo que não apenas era a vontade ou proposta dos proprietários dos escravos, mas a vontade ou proposta do próprio Deus: trocar a liberdade pelo serviço de construção do templo.

O condicionante sócio-histórico assujeita os sujeitos no discurso, já que ninguém é autor único de um texto. No entanto, como já sinalizou Mikhail Bakhtin em *Problemas da poética de Dostoievski* (2008), a possibilidade de desestabilização é dada por um discurso polifônico. Assim, o que pode ser considerado como inovador ou individual em um texto não são as idéias ou formas que dá a ver, mas a explicitação de que, sob aquilo que se imiscui de uma unidade, há toda uma arquitetônica discursiva (e, portanto, contextual) não unívoca, a ser continuamente reelaborada: "[...] a palavra nasce neutra (em estado de dicionário), ao se contextualizar, ela passa a expressar valores e ideias, transitando ideologias, cumprindo um amplo espectro de funções persuasivas às quais não faltam a normatividade e o caráter pedagógico" (CITELLI, 2000, p. 5).

No texto de *O templo e a forca*, vê-se claramente que a profusão de vozes permite o reconhecimento da natureza contextual de toda e qualquer "mensagem" ou "conteúdo". Temos, no fragmento abaixo, implícitos, pelo menos, o discurso de dona Teresa Cristina (contra a escravidão), em proximidade ao discurso dos grupos abolicionistas; o discurso do frei, de que possuía influência junto à soberana; o discurso social do favor, que permitiria beneficiar os escravos, em nome da estima que dona Teresa dedicava ao religioso; o discurso religioso propriamente dito, que identificava a figura do padre à de Deus, revestindo-a de verdade e permanência atemporal etc.

> [...] Os cativos percebiam o quanto dona Teresa Cristina poderia ser útil, por intermédio de frei Gregório, à causa da alforria. O frade tinha força com a rainha, tinha ficado claro; e a rainha era contra a escravidão. As promessas de libertação que o frade fazia em seus sermões não eram promessas vãs. Eram promessas que tinham soberania em sua enunciação. (NEVES, 1999, p. 73).

A palavra "soberania", de acordo com o dicionário Aurélio Buarque de Holanda, significa "poder ou autoridade suprema de soberano"; "autoridade moral, tida como suprema", "poder supremo". Quando o narrador afirma que "eram promessas que tinham soberania em sua enunciação", sinaliza que as promessas do padre tinham o respaldo de uma autoridade suprema, resultado de um poder supremo. No caso do padre Gregório, a soberania em questão trata da autoridade do padre; mas a autoridade do padre é ainda reforçada pela autoridade política e moral da própria dona Teresa Cristina, de quem o padre era protegido – e cujo nome não se furtou a convocar.

Embasado no chão religioso e na soberania política e moral da rainha, o discurso persuasivo toma o seu lugar para convencer os fiéis a comprometerem-se em suas ajudas. O uso do nome da imperatriz no decorrer das falas do padre envolve mais que uma simples citação, assim como o uso do nome dos santos católicos e do próprio Deus: "[...] dessa maneira, serão amparados por seus esforços e receberão a justa paga e a merecida compensação pelos sacrifícios que fizerem, porque Deus é pai de todos nós, e São José o pai adotivo do filho de Deus, que olha por todos os homens" (NEVES, 1999, p. 28).

A resposta, por parte dos escravos, à convocação feita pelo religioso é dada, por via indireta, mediante um monólogo interior estruturado como um diálogo; nele, o autor-narrador se coloca como a parte soberana e, ao mesmo tempo, a parte submissa (a voz do autor-narrador mimetiza a consciência do escravo que, por sua vez, tenta colocar-se no lugar discursivo da autoridade, imaginando como esta entende a figura do escravo e, portanto, como haveria de se comportar em relação àquilo que o religioso expusera – e, mais do que isso, como haveria de se comportar em relação ao conjunto dos sofrimentos e dissabores da vida cativa).

> [...] mas eu que sou negro e cativo, ponho-me a imaginar qual será a paga que me pagarão pelo meu suor de cada dia, a compensação com que me compensarão pelo meu trabalho de toda hora, há mais do que uma aguda escassez de pão em minha vida, há mais do que uma absoluta premência de dignidade em minha existência, escutai o que digo, senhor provedor das debilitadas dispensas. E compensai a minha penúria, supri a minha humana indigência de negro e cativo [...]. (NEVES, 1999, p. 31).

A persuasão se configura como característica presente no relacionamento dos sujeitos dentro da situação de enunciação. O estatuto pedagógico aparente nas palavras do padre tem importante papel na economia da narrativa: ensina-se ao grupo dos escravos, de tudo espoliado, que o caminho para a liberdade é fazer-se legítimo sujeito do discurso, nem que, para isso, a única coisa que possa ser dita seja "sim", ou "amém" – é como se se dissesse que é melhor ser voz de consonância que ser silenciado de vez.

Dominique Maingueneau, ao abordar uma peça, afirma a respeito da mesma que "[...] percebe-se com muita nitidez a dimensão pedagógica desse teatro. As trans-

gressões de Alceste, assim como a perfeita conformidade de Rodrigo ao código aristocrático, *mostram ao público o que convém dizer ou não dizer*" (1996, p. 133, grifo nosso). Da mesma forma, no romance em questão, como já dissemos, as palavras já permeadas pela autoridade perpassada pelo histórico-social cumprem seu papel no ato de convencer o outro. No sermão do padre, a persuasão ganha terreno quando atua sob o autoritarismo camuflado de "pedagogismo" e mesmo de benevolência. A orientação ou a direção do sermão está permeada pelo ensino e reforço da conformidade, justificada tanto pela condição sócio-cultural escrava quanto pela autoridade eclesiástica, confirmando assim a atuação pragmática da pedagogia (e) da fé.

São diversas as formas usadas para persuadir alguém, para se conseguir o intento pretendido. Quando o padre falara no sermão que intercederia pelos trabalhadores do templo junto a seus donos, a fim de lhes *amainar* a pesada canga, os escravos não conheciam a palavra "amainar", mas "a justa paga que caberia a cada um", para eles, só podia ser a alforria. Dessa forma, compreende-se aqui que uso de palavras desconhecidas, pelo sujeito-locutor, a fim de lograr o outro, o sujeito-interlocutor, serviu para camuflar ou manipular o discurso em favor de si para conseguir o desejado.

2.2 IRONIA E POLIFONIA

De acordo com Maingueneau, "A problemática polifônica toca na questão da identidade do sujeito enunciador" (2001, p. 85). Ao contrário do que rezam os manuais de comunicação, o enunciado – qualquer um – não pode ser plenamente identificado à ideia de que existe um "locutor" (como produtor físico do enunciado: sujeito que fala ou escreve) ou um "enunciador" (como responsável pelos atos ilocutários) que seja sujeito unívoco, fonte do discurso.

Existem, para fins esquemáticos, algumas categorias às quais freqüentemente se recorre para a análise de textos literários: o produtor físico, o **autor** da obra; o "eu", a **personagem** que assume ou assina o discurso (no caso do recorte que fizemos do romance de Santos Neves, o padre); aquele que é o **destinatário ficcional ou primário** (dentro do romance, os escravos e pessoas ao derredor); e, por fim, o **destinatário final** (o leitor, no caso ainda do romance). As vozes entrecortadas e intercambiadas no discurso literário põem em foco o uso da polifonia (o simples fato de o autor, por exemplo, eleger dadas palavras, temáticas ou estruturas retóricas para o personagem que assina o discurso dá a ver sua consciência e o seu julgamento da pluralidade de vozes possíveis e, assim, dá a ver sua vinculação ideológica bem como a leitura que faz dos destinatários potenciais – alvo, por sua vez, de uma compreensão também ela ideológico-dialógica por parte do leitor, numa rede incessante de enredamentos discursivos, cuja fonte é impossível rastrear).

Dentro desse complexo de vozes, segundo Maingueneau, a presença do locutor se diferencia da presença do sujeito falante. Vejamos o exemplo a seguir:

> — Caríssimos irmãos, nenhum de vós pode ficar indiferente à fundação dessa importante obra devotada à suprema

> majestade do patriarca São José [...]. Homens e mulheres, brancos e pretos, ricos e pobres devem todos dar a sua contribuição, em doações, subsídios e esmolas, a essa magnífica obra que será a consolação dos homens na terra, e agrado de Deus no firmamento. (NEVES, 1999, p. 29).

O personagem padre manipula seu discurso – recorrendo a estratégias persuasivas de autoridade – para compelir os escravos e fazendeiros a colaborarem com o seu pedido de doação. O locutor é o padre, como sujeito que fala; no entanto, a voz que se ouve é, por hipótese, a do patriarca São José e a do próprio Deus. No entanto, há uma terceira voz, na trama discursiva: a do autor que, ao explicitar a invocação por parte do padre das vozes do santo e de Deus para atender a propósitos que são humanos, é pintado para o leitor como um hábil estrategista: todavia, não muito diferente de qualquer outro ser humano, no pleno uso das artimanhas da linguagem.

Mesmo quando o sujeito ou o locutor não se apresenta explicitamente, ele pode aparecer nas entrelinhas de um texto, incorporado por sua idéia, tese, proposição ou obra, estratégia muito comum em textos literários e denominada frequentemente de dialógica ou intertextual[1]. A obra literária, segundo Maingueneau, é por excelência destinada a suscitar a busca dos implícitos. Ela sempre aponta um sentido além dos conteúdos literais. Dessa forma, cabe ao leitor desvendar ativamente o implícito ou subtendido. A enunciação é que direciona as intenções do narrador-personagem aclarando o caminho, conduzindo às suposições e legitimando as conclusões.

Em um discurso autoritário, como o do padre, a personagem-locutor argumenta para convencer os mais humildes a fazerem suas doações em função da promessa reiterada de liberdade, no caso dos escravos, e de barganha junto ao coração divino, no entanto, essa argumentação é falaciosa, já que os interlocutores não estão em pé de igualdade, não têm condições de travar uma discussão e que a promessa-barganha não assume a forma de um contrato efetivo: assim, a imposição se mascara de convencimento.

> No primeiro domingo de agosto de 1845, o frade rezou a missa de lançamento da pedra fundamental da igreja, na colina do Queimado. Durante o sermão, preparando o terreno para a colheita das ajudas e das subscrições, instou, à colaboração desejada, os fazendeiros, seus agregados e escravos presentes. (NEVES, 1999, p. 27).

A argumentação usada pelo padre em forma de promessa, como vimos, visa ao seu interesse em construir o templo. No entanto, ele não lança mão apenas de recursos retórico-linguísticos: vai além, feito estrategista, e estuda o melhor momento – do ponto de vista sócio-político – para iniciar a colheita das ajudas. Procura também

[1] Não nos preocuparemos, aqui, em discutir as diferenças e aproximações entre dialogismo e intertextualidade – querela persistente entre os estudiosos do pensamento de e sobre Mikhail Bakhtin e seu círculo e entre aqueles que se dedicam a sua divulgação e recepção no Ocidente, principalmente a partir dos trabalhos pioneiros de Julia Kristeva.

revestir suas palavras de autoridade moral, posicionando-se como pobre e, ainda assim, como um daqueles que irá contribuir com donativos, irmanando-se aos demais:

> Eu mesmo, ainda que pobre franciscano que vive de esmolas das missas, das ofertas das santas missões e do pequeno emolumento que me subministra o Governo Imperial, assinei o livro dos donativos, calando com meu exemplo os que possam dizer que pede o frade o que é dos outros sem dar do que é seu. (NEVES, 1999, p. 28).

Essa confluência de estratégias (retórico-lingüística, sócio-política e moral) reforça o caráter não unívoco do discurso do religioso, potencializando-o (ou seja, não é apenas a força das palavras, mas principalmente a situação e o exemplo que atuam persuasivamente); a ironia do narrador (ao dar a ver, ao leitor atento, tais estratégias), por sua vez, "injeta" uma "nova carga" de elementos que sinalizam para o leitor a necessidade de ler / ouvir atenta e criticamente o discurso do padre e, por extensão, da Igreja, dos poderosos etc.

CONCLUSÃO

Conforme já explicitado, nossa pesquisa teve por objetivo reler o romance histórico *O templo e a forca*, do escritor capixaba Luiz Guilherme Santos Neves, a partir dos protocolos de leitura fornecidos pela análise do discurso de linha francesa (AD) e pela vertente bakhtiniana dos estudos da linguagem. Buscamos ressaltar a presença do conflito na fala de personagens da obra, tendo como recorte, sobretudo, o sermão do padre Gregório José Maria de Bene.

Ao fim desta trajetória, o que nos parece é: comportamo-nos feito um advogado de acusação, sinalizando, todo o tempo, as estratégias empenhadas pelo padre Gregório de Bene para arrecadar donativos e para levar os cativos à construção do templo em devoção a São José. Todavia, o objetivo não foi e não é promover um julgamento da ação do padre e nem a sua parcela de "culpa" na revolta, na repressão por parte dos poderes instituídos e, por fim, na condenação e execução dos escravos. Nenhum dos locutores, como dissemos, pode assumir sua fala individualmente – todo discurso é condicionado, sendo histórico e, portanto, ideológico. Tivemos em vista tão-somente desvelar estratégias de persuasão, tais como as retórico-linguística, sócio-política e moral, que explicitamos. Além disso, tentamos mostrar que a irônica seleção das falas tal como montadas pelo autor e comentadas pelo narrador permite identificar a narrativa de *O templo e a forca* como polifônica – em analogia ao que Mikhail Bakhtin vê no romance dostoievskiano.

REFERÊNCIAS

ABREU, Antônio Suarez. *Curso de redação*. São Paulo: Ática, 1989.

BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. Coordenação da tradução de Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Trad. Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. São Paulo: Ática, 2000.

CLÁUDIO, Afonso. *Insurreição do queimado*. Vitória: FCAA, 1958.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2004.

FIORIN, José Luiz. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 1996.

MAINGUENEAU, Dominique. *Elementos de lingüística para o texto literário*. Trad. Maria Augusta Bastos de Mattos. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. *Termos-chave da análise do discurso*. Trad. Márcio Barbosa e Maria Emília Lima. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

_____. *Novas tendências em análise do discurso*. Trad. Solange Gallo e Maria da Glória Moraes. 3. ed. Campinas, SP: Pontes/Editora da Unicamp, 1997.

_____. *Pragmática para o discurso literário*. Trad. Marina Appenzeler. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MARBY, Cleyce. Explanação sobre linguagem, persuasão, retórica, argumentação e discurso. *Tópicos do discurso*: ensaio sobre a crítica da cultura. São Paulo: Edusp, 1994. Disponível em <http://www.webartigos.com/articles>. Acesso em: 7 jan. 2009.

MEIRELES, Cecília. *O romanceiro da Inconfidência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1958.

NEVES, Luiz Guilherme Santos. *O templo e a forca*. Vitória: IHGES, 1999.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e texto*. São Paulo: Pontes, 2005.

ORLANDI, Eni Pulcinelli (org.). *Palavra, fé, poder*. São Paulo: Pontes, 1987.